



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Gabinete Vereador Wilsinho da Tabu

**PARECER 1º TURNO – PROJETO DE LEI 142/2021
COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
VOTO DO RELATOR**

1. DO RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei 142/2021 de autoria da vereadora Marcela Trópia, que **“Institui a Política Municipal de Prevenção ao Abandono e Evasão Escolar no Município”**. À fl. 05 encontra-se a justificativa.

Preliminarmente a Comissão de Legislação e Justiça emitiu parecer pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade; Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo emitiu parecer pela aprovação do projeto em tela.

Finalmente, encaminhado o projeto à Comissão de Administração Pública, fui designado relator para a matéria, e é nessa condição que passo a fundamentar parecer e voto, nos termos regimentais, sob as alíneas "c", "g" e "l".

É o relatório.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

Passando à análise do Projeto de Lei nº 142/2021 que **“Institui a Política Municipal de Prevenção ao Abandono e Evasão Escolar no Município”**, tem como objetivo procurar formas de apoiar o desenvolvimento escolar dos estudantes influenciando na diminuição da evasão e abandono escolar.

Câmara Municipal de Belo Horizonte - Comissão de Administração Pública - 01-Set-2021 - 09:08:00 - 001

Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte

Avenida dos Andradas, 3.100 - Gab. B307 – Santa Efigênia – BH/MG – Tel. 3555-1343

E-mail: wilsinho.databu@cmh.bh.mg.gov.br - 1 - WhatsApp: 03164 3887



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Gabinete Vereador Wilsinho da Tabu

A autora afirma que

visa reparar um problema que vem sendo carregado há muitos anos e agravado nesta pandemia, sobretudo pela total omissão da Administração Pública quanto à priorização do direito à educação.

Na intenção de melhor discernir sobre as alíneas "c", "g" e "l", segue, em anexo, a proposta de diligência ao Projeto de Lei nº 142/2021.

Belo Horizonte, 31 de agosto de 2021

Vereador Wilsinho da Tabu
2º Secretário - CMBH
Progressista

Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte

Avenida dos Andradas, 3.100 - Gab. B307 - Santa Efigênia - BH/MG - Tel. 3555-1343

E-mail: wilsinhodatabu@cmbh.mg.gov.br - WhatsApp: 3164-2007



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Gabinete Vereador Wilsinho da Tabu

Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 142/2021

Comissão de Administração Pública

Proponho que o Projeto de Lei nº 142/201, de autoria da vereadora Marcela Trópia, seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, à Secretaria Municipal de Educação, com o objetivo de obter esclarecimentos sobre os seguintes aspectos do projeto:

1. Deslocamento de servidores para as diretrizes indicadas pela proposta em análise;
2. Adaptabilidade dos incisos presentes no artigo 2º em relação às normas já existentes pela SMED;
3. Qual o impacto nas atividades de gerenciamento, pedagógica e de pessoal para a implementação desta proposta;
4. Existem parcerias da SMED com outras secretarias municipais no que tange a esfera do abandono e evasão escolar?
5. Qual a relação da SMED com o conceito “NUDGE” apresentado no inciso IV do art. 2º.
6. Como os servidores da Educação devem trabalhar o conceito Projeto de Vida?
7. Qual a viabilidade da estruturação de currículos complementares com oportunidade de escolha de disciplinas eletivas, como sugere o inciso IX do artigo 4º?

Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte

Avenida dos Andradas, 3.100 - Gab. B307 – Santa Efigênia – BH/MG – Tel. 3555-1343

E-mail: wilsinhodatabu@cmh.bh.mg.gov.br - WhatsApp: 31 97164 3007



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Gabinete Vereador Wilsinho da Tabu

8. Como a SMED vai orientar e adequar o trabalho dos servidores da educação para cumprirem o inciso XVII do art. 4º?
9. Qual a previsão das adequações legais e pedagógicas para implementação do projeto em tela?

Belo Horizonte, 31 de agosto de 2021

Vereador Wilsinho da Tabu
2º Secretário - CMBH
Progressista

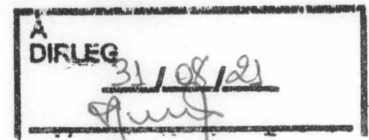
Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte

Avenida dos Andradas, 3.100 - Gab. B307 – Santa Efigênia – BH/MG – Tel. 3555-1343

E-mail: wilsinhodatabu@cmbh.mg.gov.br - WhatsApp: 071 64 3007



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE



Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social

OF. SMAICS/SUAI/Nº

2404/21

Belo Horizonte,

24 / 08 / 2021


Prezada Presidente,

Recebemos a Indicação nº 131/2021, de autoria da Vereadora Iza Lourença, sugerindo ao Executivo a garantia de atendimento pelos Correios às ocupações urbanas da Região Barreiro.

Segue, anexa, resposta da Secretaria Municipal de Política Urbana – SMPU.

Na oportunidade, renovamos nossos votos de estima e elevado apreço.

Atenciosamente,


Adriana Branco Cerqueira
Secretária Municipal de Assuntos Institucionais e
Comunicação Social

Exma. Sra. Presidente Vereadora Nely Aquino
Câmara Municipal
CAPITAL

PRESIDENCIA

-26-Ago-2021-15:24-000650-1/2

Ofício Diretoria Legislativa-01-Ser-2021-11:21-002247-001



Ofício SMPU/SMAICS nº 1224/2021

Ref.: Demanda TAG 327230 - Indicação 131/2021

Autor: Vereadora Iza Lourenço

Assunto: Endereçamento e CEP “Irmã Dorothy” e “Camilo Torres”

Belo Horizonte, 17 de agosto de 2021.

Prezada Senhora,

Servimo-nos do presente ofício para encaminhar manifestação da Secretaria Municipal de Política Urbana – SMPU quanto à Indicação nº 131/21, de autoria da Vereadora Iza Lourenço.

O expediente em referência requer informações sobre a previsão de atendimento dos correios na região das ocupações urbanas na região do Barreiro, nas áreas conhecidas como ocupação “Irmã Dorothy” e “Camilo Torres”. Como sinalizado pela vereadora, as áreas objeto do presente ofício foram reconhecidas pelo Plano Diretor, promulgado pela Lei nº11.181, de 8 de agosto de 2019, como assentamentos de interesse social, indicados pelo zoneamento Áreas de Especial Interesse Social 2 (Aeis-2).

📌 Informamos que, com o objetivo de garantir o acesso aos serviços públicos e maior qualidade de vida às pessoas residentes em Belo Horizonte que ainda não têm um endereço, a Prefeitura criou o Programa Endereço Cidadão através do Decreto 17.232/2019. Tal programa provê endereço em caráter temporário, permitindo o acesso a serviços essenciais diversos.

A Certidão de Endereço Cidadão é emitida pela Secretaria Municipal de Política Urbana e identifica a localização geográfica do imóvel, com nome da via e ordenamento numérico. As ocupações Irmã Dorothy e Camilo Torres já foram atendidas, com 302 e 254 endereços concedidos pela PBH, respectivamente.

Ilma. Sra.

Adriana Branco Cerqueira

Secretária Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social Avenida Afonso Pena, nº 1212 – 2º andar – Centro – BH



Esclarecemos, que a concessão do Código de Endereçamento Postal é de jurisdição dos Correios, sendo criado e definido pelo mesmo a partir da concessão de endereço da PBH. Informamos que é de conhecimento desta Secretaria que ambas as ocupações objeto deste ofício também já se encontram atendidas pelos Correios, conforme identificação apresentada das tabelas a seguir.

CEPs DA OCUPAÇÃO IRMÃ DOROTHY		
COD. LOGRADOURO	NOME LOGRADOURO	CEP CONCEDIDO
312416	RUA NIVALDA GONÇALVES	30668752
300279	RUA CÔRREGO CAPÃO DA POSSE	30668710
312418	RUA PRINCIPAL	30668758
312417	RUA DA PAZ	30668755
312409	RUA SERRA DO CURRAL	30668750
312419	RUA DO PASTOR	30668760
312421	RUA DOS GARIS	30668763
312422	RUA FÁBIO ALVES	30668765
312423	RUA XURUPITA	30668774
312425	RUA WILLIAN ROSA	30668768
312424	RUA DAS IGREJAS	30668771



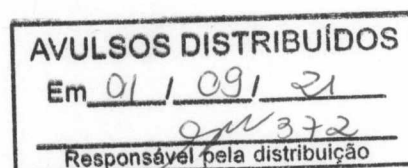
CEPs DA OCUPAÇÃO CAMILO TORRES		
COD. LOGRADOURO	NOME LOGRADOURO	CEP CONCEDIDO
312412	RUA CINCO DE OUTUBRO	30668726
312410	RUA DA RESISTÊNCIA	30668720
312413	RUA DEZESSEIS DE FEVEREIRO	30668728
312411	RUA PRÍNCIPE DA PAZ	30668722
312426	RUA UNIÃO	30668724
312415	RUA ANTONIA FRANCA	30668732
312414	RUA PRACA DA ASSEMBLEIA	30668730
300279	RUA CÔRREGO CAPÃO DA POSSE	30668710
312350	RUA VALE DO IPÊ	30668712

Por fim, acrescentamos que, para melhor atender às comunidades, serão entregues diretamente aos moradores de ambas as ocupações, pela Gerência de Assistência, Epidemiologia e Regulação Barreiro, GAERE-B, comunicados de endereços que já se encontram confeccionados.

Sendo o que temos para o momento, renovamos nossos cumprimentos.

Atenciosamente,

Maria Fernandes Caldas
Secretária Municipal de Política Urbana





Adm.

OF. SMGO/DALE Nº 375 /2021

Belo Horizonte, 30/08/2021

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 820/2021** – Vereadora Macaé Evaristo
– encaminhado pelo ofício Dirleg nº 2.253/21, de 21/07/2021.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 820/2021, de autoria da Vereadora Macaé Evaristo, que solicita informações sobre quais são os imóveis ociosos de propriedade, posse e ou administração do Poder Público do Executivo Municipal na cidade de Belo Horizonte, indicando o endereço da localização e se possível a planta destes imóveis, que porventura podem ser aproveitados para efetivação de Programas ou Projetos de serviços socioassistenciais à população, dirigido à Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - Urbel.

Consultada, a Urbel emitiu resposta por meio do Ofício 312/2021/URBEL/GP-DTEL, conforme cópia anexa. Ressalto que, tendo em vista os questionamentos feitos pela autora, o pedido de informação foi direcionado à Subsecretaria de Administração e Logística e à Secretaria Municipal de Política Urbana, que encaminharão a complementação posteriormente.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,


Guilherme de Souza Barcelos

Diretoria de Acompanhamento Legislativo em exercício
Secretaria Municipal de Governo

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL



OFÍCIO 312/2021/URBEL/GP-DTEL

Belo Horizonte, 25 de agosto de 2021.

Referência: Ofício Dirleg nº 2.253/21 – Requerimento nº 820/2021

Prezados Senhores,

Serve-se do presente ofício para encaminhar manifestação desta Companhia quanto ao Requerimento nº 820/21, oriundo da Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal, para os encaminhamentos necessários, tendo em vista o disposto no Ofício GP. EXTER-050/OF, de 6 de maio de 2019.

Trata-se de pedido de informação nos seguintes termos:

"Quais são os imóveis ociosos de propriedade, posse e ou administração do Poder Público do Executivo Municipal na cidade de Belo Horizonte, indicando o endereço da localização e se possível a planta destes imóveis, que porventura podem ser aproveitados para efetivação de Programas ou Projetos de serviços socioassistenciais à população".

A Urbel informa que não tem conhecimento de imóvel público nas condições supra e, para tanto, sugerimos consulta à Secretaria Municipal de Política Urbana – SMPU.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

CLAUDIUS VINÍCIUS LEITE PEREIRA

Diretor-Presidente

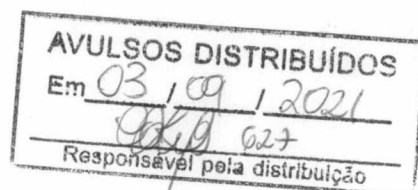
Ofício a ser assinado posteriormente, considerando o exercício das atividades em home office pelos empregados da URBEL, tendo em vista a situação de emergência em Saúde Pública declarada pelo Decreto nº 17.297/2020 e a regulamentação do trabalho na URBEL pela Portaria URBEL nº 31/2021.

DIRETORIA TÉCNICO-LEGISLATIVA - DTEL

Gabinete do Prefeito – GP

Av. Afonso Pena, nº 1.212, 2º andar – Centro

Belo Horizonte – Minas Gerais





Adm

OF. SMGO/DALE Nº 376 /2021

Belo Horizonte, 30/08/2021

Assunto: Resposta complementar ao **Requerimento de Comissão nº 821/2021** – Vereadoras Bella Gonçalves e Macaé Evaristo – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 2.254/21, de 21/07/2021.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 821/2021, de autoria das Vereadoras Bella Gonçalves e Macaé Evaristo, que solicita informação sobre provisão e política habitacional no Município de Belo Horizonte.

Consultada, a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – Urbel – manifestou-se através do Ofício 305/2021/URBEL/GP-DTEL, já remetido a essa Câmara Municipal por meio do OF. SMGO/DALE Nº 353/2021, de 23/08/2021.

Em complementação à referida resposta, segue anexa manifestação da Secretaria Municipal Política Urbana, nos termos do Ofício SMPU/SUGOV-DALE nº 1452/2021.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,


Guilherme de Souza Barcelos

Diretoria de Acompanhamento Legislativo em exercício
Secretaria Municipal de Governo

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL



Ofício SMPU/SUGOV-DALE nº 1452/2021

Ref.: Ofício Dirleg nº 2.255/21 – Requerimento nº 821/2021 – **PEDIDO DE INFORMAÇÃO:**

Autoria: Ver. Bella Gonçalves e Ver. Macaé Evaristo.

Belo Horizonte, 23 de agosto de 2021.

Prezado Senhor,

Trata-se de ofício em resposta ao Pedido de Informação das Vereadoras Macaé Evaristo e Bella Gonçalves, solicitado via Requerimento de Comissão nº 821/2021, com vistas a melhor compreender as perspectivas da provisão e da política habitacional no Município.

Em atendimento à solicitação, a Secretaria Municipal de Política Urbana encaminha as respostas aos questionamentos cujas responsabilidades estão no seu escopo de atuação. Para os demais questionamentos, sugere-se consulta à Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - URBEL.

3) Quais estudos têm sido realizados nos programas municipais de habitação com vistas a flexibilizar os mecanismos de financiamento de imóveis usados para a baixa renda e assim as pessoas poderem morar perto de suas casas?

Como forma de incentivo à produção de habitação de interesse social em Belo Horizonte, pela iniciativa privada, destacam-se as seguintes diretrizes do Novo Plano Diretor:

- Definição de parâmetros urbanísticos específicos para incentivar a produção de Habitação de Interesse Social - HIS - nas áreas centrais e nas centralidades, conforme inciso X do artigo 4º;
- Desconto na outorga para a produção de HIS;
- Estipulado benefício decorrente da produção de habitação de interesse social - BPH - gerando potencial construtivo adicional transferível, conforme artigo 58 da Lei 11.181/19;
- Instituição do convênio urbanístico de interesse social, instrumento de cooperação entre o Executivo e a iniciativa privada para execução de empreendimentos de interesse social.

Ilmo. Sr.

Guilherme de Souza Barcelos

Diretoria de Acompanhamento Legislativo – DALE

Avenida Afonso Pena, 1212 – Centro – BH/MG

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA
AVENIDA ALVARES CABRAL, 217 – 6º ANDAR
CEP: 30.170-000 – tel.: (31) 3246-0090 - smpu@pbh.gov.br



No que se refere à imóveis existentes, que possam ser adaptados ao uso habitacional, o artigo 218 da Lei 11.181/2019, que institui o Plano Diretor de Belo Horizonte, estabelece parâmetros mais flexíveis para a promoção de adaptações em edificações existentes (retrofit) na área central do município, sendo, portanto, importante mecanismo para promoção de habitação bem localizada.

Art. 218 - Na área de OP-3 da ADE Avenida do Contorno, para os projetos de adaptação de edificações existentes na data da publicação desta lei destinados à manutenção, criação ou ampliação do número de unidades residenciais, será admitida a aplicação dos seguintes parâmetros:

I - manutenção e utilização dos fossos, caso existentes na edificação atual, como área para ventilação, podendo ser utilizados também para adequação da edificação às normas de prevenção e combate a incêndio;

II - apresentação de solução de sistema de armazenamento dos resíduos sólidos para as edificações que não atenderem às normas técnicas do Regimento de Limpeza Urbana;

III - previsão de um banheiro e um cômodo de uso comum do condomínio;

IV - previsão de espaço para uso comum do condomínio, com área mínima correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) da área do pavimento-tipo, nas edificações que apresentem mais de 5 (cinco) níveis residenciais;

V - manutenção das vagas destinadas a estacionamento de veículos, admitida a redução dessas desde que atendido o disposto no Anexo XII desta lei;

VI - iluminação e ventilação dos compartimentos, assim entendidos como aqueles nos quais:

a) a profundidade máxima é limitada a 3 (três) vezes a medida do pé-direito;

b) a área total da superfície das aberturas para o exterior, em cada compartimento, é igual ou superior a 1/8 (um oitavo) da área da superfície do piso, admitida exaustão mecânica nos compartimentos destinados a banheiro e área de serviço;

VII - conjugação de área de serviço e banheiro em um mesmo compartimento.

§ 1º - Para as edificações destinadas ao uso misto que atendam ao disposto no caput deste artigo, será admitida a manutenção das vagas destinadas a carga e descarga existentes, ou sua redução, desde que atendido o disposto na tabela 2.2 do Anexo XII desta lei, condicionada à destinação de, no mínimo, 30% (trinta por cento) de sua área líquida a unidades de uso residencial.

§ 2º - VETADO



5) Qual o banco de terras públicas e privadas ou disponíveis para a construção de moradias populares? Caso este banco de terras do município não exista, qual a previsão para sua criação?

Informamos que todas as áreas classificadas como Áreas de Especial Interesse Social-1 – AEIS-1 pelo Plano Diretor Municipal estão destinadas à produção de habitação de interesse social, conforme dispõe o art. 105 da Lei nº 11.181/2019, sejam elas públicas ou particulares.

Além disso, o Plano Diretor prevê, em seu artigo 165, que, quando da implantação de empreendimento de interesse social, o empreendedor poderá optar pela adoção dos parâmetros de parcelamento e ocupação do solo previstos para as Aeis-1, como forma de incentivo à produção habitacional de interesse social em qualquer porção territorial do município, excetuando-se apenas as áreas de preservação ambiental.

9) É possível que o município busque mecanismos de parcerias nacionais e internacionais para o financiamento habitacional atendendo às demandas existentes? Há algum plano nesse sentido?

A Prefeitura de Belo Horizonte tem envidado esforços para captação de recursos para financiamento dos planos, projetos e intervenções em áreas reconhecidas no Plano Diretor como de interesse social, com vistas a atender o déficit qualitativo.

Destaca-se o exemplo da iniciativa de captação de recurso para a urbanização das ocupações da Região da Izidora. Como é de conhecimento, o Município deu início aos procedimentos necessários para viabilizar o financiamento por meio de operações de crédito junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), ou outra instituição financeira para a realização de obras de infraestrutura social e urbana. Todavia, a iniciativa restou frustrada, uma vez que o projeto de lei autorizativa, veiculado pelo PL nº 1026/2020, foi rejeitado pela Câmara Municipal de Belo Horizonte, inviabilizando esta alternativa até o presente momento.

14) Quais são os imóveis sem utilização e fechados que podem ser utilizados em Programa de habitação popular e qual o Plano e a política municipal para a inclusão de imóveis ociosos, vagos ou abandonados no município para fins de habitação social e popular? Qual a localização desses imóveis?



Os instrumentos de Parcelamento, Edificação e Uso Compulsórios (PEUC) e IPTU Progressivo são instrumentos que têm como objetivo específico fazer cumprir a função social em um imóvel onde esta não é observada, via de regra, imóvel sem uso.

O primeiro passo para se produzir qualquer mapeamento ou cadastro relacionado a imóveis que não cumpram sua função social é estabelecer, legalmente, os conceitos de imóvel subutilizado e de imóvel não utilizado. Estes conceitos foram estabelecidos nos arts. 41 e 42 da Lei 11.181/2019, possibilitando planejamento técnico de identificação dos imóveis que serão objeto de notificação e criação de sistemas organizados de informação sobre a dinâmica urbana.

Salientamos, todavia, sobre a necessidade de cautela para aplicação desses instrumentos no contexto atual de pandemia, no qual ocorreu uma grande alteração da dinâmica de uso das edificações, especialmente não residenciais. Tal condição interfere diretamente na aplicação imediata do instrumento, na medida em que impõe dificuldades à identificação e caracterização das situações consolidadas de vacância *versus* situações transitórias.

Reforçamos nosso compromisso em relação à aplicação e gestão dos instrumentos de política urbana previstos na Lei nº 11.181/2019. Neste sentido, buscando avançar na implementação do instrumento, neste ano de 2021, vem sendo avaliada a utilização do instrumento no âmbito de planos e projetos localizados da municipalidade, associada à melhoria das condições de ocupação do solo e conversão das edificações a novos usos ou atividades. Nesse contexto, serão examinados os aspectos da gestão do instrumento como a notificação de proprietários e o monitoramento.

16) Há um plano de discussão e debate democrático com participação popular sobre a utilização dos recursos provenientes da outorga onerosa no Município?

De acordo com o Plano Diretor, os recursos provenientes da outorga onerosa no Município são dirigidos ao Fundo Municipal de Habitação. Informamos que o Conselho Municipal de Habitação é o órgão da Política Municipal de Habitação – PMH curador dos recursos públicos do Fundo Municipal de Habitação, de modo que qualquer discussão sobre o tema se dá no âmbito do referido Conselho.



17) Quais os dados referentes à aplicação do Benefício decorrente da Produção de Habitação de Interesse Social (BPH) no Município, bem como dos respectivos empreendimentos geradores do benefício, com sua localização, área, quantidade de unidades habitacionais e número e perfil das famílias a serem atendidas?

A geração do Benefício de Produção Habitacional (BPH) passou a ser opção a partir da entrada em vigor do novo plano diretor (Lei 11.181/19), em 5 de fevereiro de 2020. Para a geração de potencial com o BPH é necessário que o projeto seja aprovado sob a vigência da nova lei, fazendo opção por uso do instrumento, e que ao imóvel seja conferida baixa de construção que ateste a efetiva oferta das unidades geradoras ao público da política - famílias com renda de até 1,5 SM. Desta forma, não há, ainda, empreendimentos deste tipo que tenham sido aprovados, construídos e recebido baixa dentro da vigência da lei.

18) Quais instrumentos de política urbana têm sido efetivamente aplicados e quais estão em planejamento para aplicação de maneira a assegurar o cumprimento da função social da propriedade?

Os instrumentos de política urbana previstos no Plano Diretor são regulamentados pela lei 11.216/20 e pelo decreto 17.272/2020. Dentre os instrumentos previstos, destaque para a outorga onerosa do direito de construir (ODC) e o benefício decorrente da produção de HIS (BPH), que estão diretamente relacionados à questão habitacional no município. Este primeiro, conforme previsão em lei, destina uma porção significativa dos recursos arrecadados para o fundo municipal de habitação (25% nos casos em que os empreendimentos que estão dentro das áreas denominadas como "centralidades" e 100% do valor arrecadado quando os empreendimentos estão em outras porções do território). Quanto ao BPH, o instrumento concede um benefício estratégico para viabilizar a construção de novos empreendimentos destinados à população de baixa renda, concedendo potencial construtivo adicional transferível, outorgado de forma gratuita, de forma a incentivar tal produção. Ambos os instrumentos estão aptos para aplicação. Cabe ressaltar que pelo fato da outorga e o BPH não serem instrumentos de caráter compulsórios, a sua utilização depende diretamente da iniciativa privada.

Pode-se mencionar ainda, como instrumentos da política urbana no município, a transferência do direito de construir (TDC), o consórcio imobiliário, o IPTU progressivo no tempo, a desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública, direito de preempção e parcelamento, edificação e utilização compulsórios (PEUC). Estes são instrumentos



disponíveis para atingir os objetivos do Plano Diretor, bem como cumprir a função social da propriedade. Os instrumentos de parcelamento, edificação e uso compulsórios (PEUC) e IPTU Progressivo, por exemplo, têm como objetivo específico fazer cumprir a função social em um imóvel onde esta não é observada, por exemplo, quando se tem um imóvel sem uso. A aplicação destes é admitida em todo o território municipal, sendo prioritária para algumas áreas entre elas as porções indicadas como AEIS-1, voltadas para produção de habitação de interesse social.

Além destes instrumentos, pode-se mencionar novamente a instituição do convênio urbanístico de interesse social, que possibilita um acordo de cooperação entre o Executivo e a iniciativa privada para execução de empreendimentos de interesse social. Salienta-se ainda que há outras estratégias para o incentivo de produção habitacional como a suspensão de contrapartida onerosa nos empreendimentos de habitação de interesse social 1 - HIS-1 e redução de 50% no valor cobrado para os empreendimentos de habitação de interesse social 2 - HIS-2, conforme caracterização realizada pela Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – URBEL.

19) Considerando que foi mencionado na audiência que foi realizada uma priorização de assentamentos informais e enviada lista às concessionárias dos serviços públicos de água e luz para prestação dos serviços de forma emergencial favor enviar os documentos referentes, bem como o detalhamento das ações já desenvolvidas e as planejadas para atendimento das comunidades.

Ciente da necessidade de atendimento emergencial das áreas de interesse social, o Município de Belo Horizonte reconheceu mais de cem novos assentamentos de interesse social por meio do Decreto nº 16.888, de 12 de abril de 2018, os quais foram posteriormente incorporados ao Novo Plano Diretor, promulgado pela Lei nº 11.181, de 8 de agosto de 2019, acrescidos de alguns novos polígonos.

Assim, desde 2018 o Executivo tem se mobilizado para identificar dentre as novas áreas de interesse social aquelas que apresentassem demanda total ou parcial por atendimento pelos serviços de abastecimento de água, esgoto e energia elétrica pelas concessionárias. Vale ressaltar que a maior parte destes assentamentos já possuem estrutura instalada e são atendidos pelas concessionárias de serviço público.



Identificadas as demandas, o poder público realizou análises e vistorias que permitiram um mapeamento preliminar das áreas passíveis de atendimento pelos serviços. A definição das áreas considerou fatores técnicos, urbanísticos e ambientais. É importante esclarecer que foram identificadas porções de áreas nesses assentamentos que, seja por restrições legais, ambientais ou urbanísticas, num primeiro momento, não são passíveis de consolidação, e, portanto, dependem de estudos de planejamento para a instalação dos serviços de água e energia elétrica.

Para viabilizar a ação prioritária estabelecida pela administração municipal, os mapeamentos produzidos para os assentamentos foram repassados às concessionárias, por meio de ofício do Gabinete do Prefeito, ficando estas por sua vez responsáveis pelos cronogramas e diretrizes para execução dos serviços.

Segue relação dos assentamentos atendidos:

Dandara
Maria Teresa
Montes Claros
Rosa Leão
Esperança
Vitória
Helena Greco
Novo Lajedo
Jardim Getsêmani
Mirante do Tupi
Sem Nome (Ref.: Camilo Gomes)
Tupi Lajedo
Chácara Joaquim Clemente
Beija Flor
Tiradentes
Jardim Liberdade
Sem Nome (Ref.: Alecrim da Serra)
Sem Nome (Ref.: São Jacinto)
Sem Nome (Ref.: São Cristóvão)
Sem Nome (Ref.: Santo Inácio)
Sem Nome (Ref.: São Silvestre)
Paulo Freire
Nelson Mandela
Horta 1 e 2.

Sendo o que temos para o momento, renovamos nossos cumprimentos.

Atenciosamente,

Maria Fernandes Caldas
Secretária Municipal de Política Urbana

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA
AVENIDA ALVARES CABRAL, 217 – 6º ANDAR
CEP: 30.170-000 – tel.: (31) 3246-0090 - smpu@pbh.gov.br

**Fwd: OF. DIRLEG Nº 2.255/21 - PEDIDO DE INFORMAÇÃO - VER. BELLA GONÇALVES
E VER. MACAÉ EVARISTO**

Subsecretaria de Regulação Urbana <sureg@pbh.gov.br>
Para: Dirlaine Aparecida Machado <dirlaine@pbh.gov.br>

24 de agosto de 2021 11:31

Prezada Dirlaine,

Segue com o "de acordo da Secretária Ofício SMPU/SUGOV-DALE nº 1452/2021 em resposta ao:

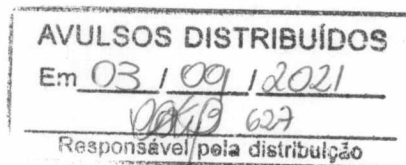
Ofício Dirleg nº 2.255/21 – Requerimento nº 821/2021 – PEDIDO DE INFORMAÇÃO;
Autoria: Ver. Bella Gonçalves e Ver. Macaé Evaristo.

Atenciosamente,

Alcione da C. Santos Rocha
Subsecretaria de Regulação Urbana - SUREG
Av. Álvares Cabral, 217 | 6º andar | Centro | BH/MG
| EM TELETRABALHO |
| www.pbh.gov.br | www.pbh.gov.br/regulacaourbana



**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**



Aviso Legal - Esta mensagem e seus anexos podem conter informações confidenciais e/ou privilegiadas. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a recebê-la, não deve usar, copiar ou divulgar as informações nela contida ou tomar qualquer ação baseada nessas informações, sob pena das ações administrativas, cíveis e penais cabíveis. Caso entenda ter recebido esta mensagem por engano, por favor, apague-a, bem como seus anexos, e avise imediatamente ao remetente. Este ambiente é monitorado. A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) informa fazer uso pleno do seu direito de arquivar e auditar, a qualquer tempo, as mensagens eletrônicas e anexos processados em seus sistemas e propriedades, com esta declaração eliminando, de forma explícita, clara e completa, qualquer expectativa de privacidade por parte do remetente e destinatários.

Decreto Municipal nº 15.423/13

----- Forwarded message -----

De: **Maria Fernandes Caldas**

Date: ter., 24 de ago. de 2021 às 11:20

Subject: Re: OF. DIRLEG Nº 2.255/21 - PEDIDO DE INFORMAÇÃO - VER. BELLA GONÇALVES E VER. MACAÉ EVARISTO

To: Subsecretaria de Regulação Urbana <sureg@pbh.gov.br>

De acordo

Maria Fernandes Caldas | Secretária Municipal

Secretaria Municipal de Política Urbana - SMPU | Av. Álvares Cabral, 217 | 06º andar | Centro | BH/MG
3246-0090 | www.pbh.gov.br




**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

Aviso Legal - Esta mensagem e seus anexos podem conter informações confidenciais e/ou privilegiadas. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a recebê-la, não deve usar, copiar ou divulgar as informações nela contida ou tomar qualquer ação baseada nessas informações, sob pena das ações administrativas, cíveis e penais cabíveis. Caso entenda ter recebido esta mensagem por engano, por favor, apague-a, bem como seus anexos, e avise imediatamente ao remetente. Este ambiente é monitorado. A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) informa fazer uso pleno do seu direito de arquivar e auditar, a qualquer tempo, as mensagens eletrônicas e anexos processados em seus sistemas e propriedades, com esta declaração eliminando, de forma explícita, clara e completa, qualquer expectativa de privacidade por parte do remetente e destinatários.

Decreto Municipal nº 15.423/13

2 anexos

 **OF. DIRLEG Nº 2.255-21 - PEDIDO DE INFORMAÇÃO - VER. BELLA GONÇALVES E MACAÉ EVARISTO.pdf**
1007K

OF. 1452 - PEDIDO DE INFORMAÇÃO - OF. DIRLEG Nº 2.255-21 (REV.01).pdf



OF. SMGO/DALE Nº 379 /2021

Belo Horizonte, **30/08**/2021

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 904/2021** – Vereador **Ciro Pereira** – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 2.463/21, de 05/08/2021.

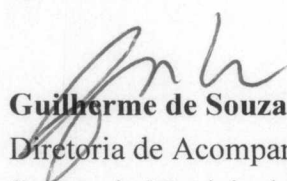
Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 904/2021, de autoria do Vereador **Ciro Pereira**, que solicita informações se o Município possui algum tipo de estudo que tenha como objetivo a ampliação da dispensa de alvarás para outros segmentos dos setores de comércio e serviços, além daqueles que já são dispensados pelo decreto que regulamenta a Lei de Liberdade Econômica?

Consultada, a Secretaria Municipal de Política Urbana manifestou-se por meio do Ofício SMPU/SUGOV-DALE nº 1461/2021, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,


Guilherme de Souza Barcelos

Diretoria de Acompanhamento Legislativo em exercício
Secretaria Municipal de Governo

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL



Ofício SMPU/SUGOV-DALE nº 1461/2021

Ref.: Demanda TAG 336498;

Interessado: Câmara Municipal de Belo Horizonte;

Assunto: Requerimento de Comissão 904/2021 – Vereador Ciro Pereira.

Belo Horizonte, 24 de agosto de 2021.

Prezado Diretor,

Trata-se de requerimento que apresenta questionamento sobre se o Município de Belo Horizonte tem estudos para que mais atividades econômicas sejam dispensadas de licenciamento mediante à obtenção de Alvará de Localização e Funcionamento – ALF.

Ressalte-se que o Município exerceu sua responsabilidade de regulamentar as atividades que ficariam dispensadas de ato público de liberação conforme faculdade que a Lei Federal 13.874, de 20 de setembro de 2019 concedeu aos entes da Federação. As atividades classificadas como de baixo risco no Decreto 17.245 de 19 de dezembro de 2019 ficaram dispensadas de atos públicos de liberação da atividade econômica, de forma a criar equidade entre os tipos de empresa, classificadas sim pela natureza da atividade econômica e seus potenciais impactos.

Assim, para as atividades que não foram classificadas pelo Município como de baixo risco, faz-se necessário o licenciamento, com a obtenção do alvará de localização e funcionamento. As normas municipais tratam os usos com isonomia, dividindo a modalidade de licenciamento ou a dispensa deste por critérios técnicos e objetivos, baseados na proteção do ambiente urbano e dos atributos naturais relevantes.

Ilmo. Sr.

Guilherme de Souza Barcelos

Diretoria de Acompanhamento Legislativo - DALE

Avenida Afonso Pena, 1212 - 2º andar - Centro



Ressalta-se que por ter sido a matriz de risco implementada em Belo Horizonte elaborada em função da natureza das atividades, leva em consideração a aplicação de princípios de prevenção e precaução, sedimentados no Direito Ambiental brasileiro. A ela são agregados fatores sócio territoriais além de uma série de aspectos ligados a premissas de proteção ao patrimônio público, critérios de compatibilidade com a utilização da infraestrutura, bem como o conceito de conformação de unidades de vizinhança, determinando usos convenientes à proximidade com as moradias e em complementaridade com outras atividades econômicas, ou a necessidade de se estabelecer regimes específicos e locais destinados a atividades a depender de seu impacto potencial e efetivo.

A matriz de impacto elaborada é condizente com a preservação ambiental, com o direito à saúde e com o ordenamento do território urbano, por ter sido definida a partir da avaliação de cada atividade com base no conhecimento de seu exercício e na geração ou não de repercussões como: geração de efluentes líquidos, geração de efluentes atmosféricos; geração de ruídos e de vibrações; atração significativa de pessoas, veículos pesados e veículos leves; geração de efeitos nocivos ou prejudiciais à saúde humana, entre outros fatores. Não importa em qual tipo de empresa é exercida, uma atividade de alto risco, o que significa a sua propensão à geração de impacto, deve ter seu funcionamento licenciado, ainda que de forma simples.

Belo Horizonte dispôs critérios a serem utilizados para a classificação das atividades, não baseados no “potencial dano em caso de incidente”, mas por princípios de precaução que levem em conta as repercussões negativas prováveis das atividades e o grau de incomodidade que causam à vizinhança. Tal competência é, como dito, assegurada pela Constituição Federal (art. 30, I e VIII) e também assegurada pela citada Lei Federal nº 13.874, de 2019.

Chegou-se a 275 atividades de baixo risco que podem funcionar sem a emissão de ALF. Esse conjunto é muito mais significativo que o que consta da Resolução nº 51 do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM que, retrogradamente, vincula o licenciamento de atividades ao tipo de edificação. Embora a Resolução nº 51 do órgão federal tenha um rol de atividades de maior potencial poluidor, recorta as atividades pela



área que ocupa e por características das edificações, o que significaria uma volta de burocracias se adotados tais critérios pela capital mineira.

Convém destacar que para assegurar um ótimo ambiente de negócios, mais importante do que dispensar a exigência do Alvará de Funcionamento (o que impede os estudos de análise da dinâmica econômica do município, dificulta a fiscalização e não oferece a oportunidade para a consulta prévia de regularidade ao empreendedor) é a desburocratização e a modernização do processo de licenciamento, que proporcione inclusive segurança jurídica ao empreendedor.

A Prefeitura de Belo Horizonte, dessa forma, implantou processo que permite a obtenção, por meio digital, de 100% das solicitações para as atividades que necessitam de Alvará de Localização e Funcionamento – ALF. Destas, 93% das respostas são processadas e o ALF é emitido de forma imediata pelo sistema. As mudanças propiciaram que os processos de abertura e licenciamento de uma empresa/empreendimento sejam feitos de forma digital, ou seja, sem a entrega de documentos físicos no que concerne aos expedientes de responsabilidade da Secretaria Municipal de Política Urbana (SMPU).

A Administração trabalha pela simplificação de normas e procedimentos dentro do Programa de Melhoria do Ambiente de Negócios - MAN. Esta Secretaria Municipal de Política Urbana - SMPU, além das mencionadas, continuará trabalhando para simplificar os procedimentos, e podemos destacar dentre outras medidas já implementadas ou em implementação as seguintes:

Alterações normativas:

- **Novo Plano Diretor:** reformulação e reedição de portarias, decretos e leis, condensando as normas para parcelar, edificar e exercer atividades econômicas. **Entre os benefícios aos negócios:** instrumentos de zoneamento (como as centralidades), diminuição e objetivação de exigências e consultas a órgãos diversos. **85% das atividades econômicas** já passaram a contar com condições **mais flexíveis** quanto à possibilidade de instalação de negócios nas vias do Município, e com menos restrições às áreas máximas dos estabelecimentos na publicação da lei. Cerca de **25% das atividades** econômicas foram **dispensadas da realização de Estudo de Impacto de Vizinhança**, anteriormente exigido previamente para sua implantação;



- **Dispensa de alvarás e licenças para 275 atividades de baixo risco de forma segura.** A normativa do Município é mais abrangente que as normativas federal e estadual, uma vez que não coloca pré-requisito ou critério adicional, além da atividade econômica, para a dispensa dos atos públicos de liberação ao funcionamento - Decreto nº 17.245 de 19 de dezembro de 2019;
- **Unificação de empreendimentos de impacto ambiental aos elencados pelo Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam** - passará a vigorar a partir de 28 de agosto, conforme Deliberação nº 102 de 2019 do Conselho Municipal de Meio Ambiente - Comam, exigência que apenas realizarão licenciamento ambiental os empreendimentos definidos pelo Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam acrescido de três empreendimentos conforme definido no art. 344 da Lei nº 11.181, de 2019;

Agilização de processos:

- **Instituição de Câmara de Análise Integrada para Licenciamento de Empreendimentos de Impacto - CLI**, criada em janeiro de 2020 para unificar a avaliação e fornecer ao requerente uma **resposta única dos órgãos municipais licenciadores (roteiros padrão)** disponíveis no Portal de Serviços da PBH; **Captação digital** de solicitações de orientações e protocolos de processos de licenciamento; **Tramitação digital** entre órgãos e **comunicação digital** com o requerente.);
- **Redução de 93% no prazo médio para emissão de alvarás e redução de 43% no prazo médio para vistoria das de Obras em Logradouros Públicos;**
- **Redução de 15 para 3 dias** para emissão da resposta dos **requerimentos de Alvará de Localização e Funcionamento** que demandam algum tipo de análise prévia da SMPU - corresponde a, aproximadamente 7% das solicitações de licenciamento de atividades econômicas;
- Substituição do parecer ambiental por diretrizes informadas na consulta de viabilidade e no ALF, para **50 atividades, emitidas de forma automática e dispensadas de análise e vistoria prévias;**
- **Desvinculação de licença de reforma para emissão de alvará de localização e funcionamento** para imóveis tombados e com processo de tombamento aberto.

A SMPU e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA trabalham para entregar para a cidade expressivo processo de alteração de procedimentos e fluxos. Estima-se que tendo como base as simplificações decorrentes do novo Plano Diretor e da aprovação da DN COMAM 102, mais de 800 atividades não mais precisarão de licenciamento ambiental para operarem. O processo será implementado em etapas



começando em 28 de agosto e finalizando com novo sistema digital previsto para ser entregue no início de 2022.

As alterações contemplam reunião da consulta de viabilidade urbana e ambiental, a simplificação do licenciamento que terá apenas que se submeter à emissão de ALF e a integração do procedimento de licenciamento de impacto ambiental e urbanístico ao sistema de ALF.

Sendo o que temos para o momento, renovamos nossos cumprimentos.

Atenciosamente,

Maria Fernandes Caldas
Secretária Municipal de Política Urbana



Secretaria Municipal de Política Urbana <smpu@pbh.gov.br>

Resposta a Demanda TAG nº 336498

Subsecretaria de Regulação Urbana <sureg@pbh.gov.br>
Para: Secretaria Municipal de Política Urbana <smpu@pbh.gov.br>

24 de agosto de 2021 15:16

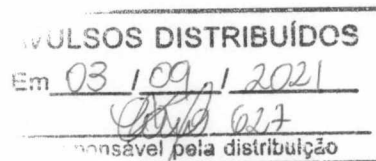
Cida,

Favor inserir resposta no sistema TAG.

Atenciosamente,

Alcione da C. Santos Rocha

Subsecretaria de Regulação Urbana - SUREG
Av. Álvares Cabral, 217 | 6º andar | Centro | BH/MG
| EM TELETRABALHO |
| www.pbh.gov.br | www.pbh.gov.br/regulacaourbana

**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

Aviso Legal - Esta mensagem e seus anexos podem conter informações confidenciais e/ou privilegiadas. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a recebê-la, não deve usar, copiar ou divulgar as informações nela contida ou tomar qualquer ação baseada nessas informações, sob pena das ações administrativas, cíveis e penais cabíveis. Caso entenda ter recebido esta mensagem por engano, por favor, apague-a, bem como seus anexos, e avise imediatamente ao remetente. Este ambiente é monitorado. A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) informa fazer uso pleno do seu direito de arquivar e auditar, a qualquer tempo, as mensagens eletrônicas e anexos processados em seus sistemas e propriedades, com esta declaração eliminando, de forma explícita, clara e completa, qualquer expectativa de privacidade por parte do remetente e destinatários.

Decreto Municipal nº 15.423/13

----- Forwarded message -----

De: **Maria Fernandes Caldas**

Date: ter., 24 de ago. de 2021 às 12:36

Subject: Re: Pedido de Informação - TAG 336498

To: Livia de Oliveira Monteiro Ramal 5176 <livia.monteiro@pbh.gov.br>

Cc: Subsecretaria de Regulação Urbana <sureg@pbh.gov.br>, DLAP DIR. DE LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES E POSTURAS <dlap@pbh.gov.br>, Osmar Henrique Costa Parra <costaparra@pbh.gov.br>, Guilherme (GENOM) <guilherme.cunha@pbh.gov.br>, Fernanda Castro <fernanda.pcastro@pbh.gov.br>, GELAE-SMARU <glapr@pbh.gov.br>

De acordo

Maria Fernandes Caldas | Secretária Municipal

Secretaria Municipal de Política Urbana - SMPU | Av. Álvares Cabral, 217 | 06º andar | Centro | BH/MG
3246-0090 | www.pbh.gov.br

**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

Aviso Legal - Esta mensagem e seus anexos podem conter informações confidenciais e/ou privilegiadas. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a recebê-la, não deve usar, copiar ou divulgar as informações nela contida ou tomar qualquer ação baseada nessas informações, sob pena das ações administrativas, cíveis e penais cabíveis. Caso entenda ter recebido esta mensagem por engano, por favor, apague-a, bem como seus anexos, e avise imediatamente ao remetente. Este ambiente é monitorado. A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) informa fazer uso pleno do seu direito de arquivar e auditar, a qualquer tempo, as mensagens eletrônicas e anexos processados em seus sistemas e propriedades, com esta declaração eliminando, de forma explícita, clara e completa, qualquer expectativa de privacidade por parte do remetente e destinatários.

Decreto Municipal nº 15.423/13



OF. 1461 - PEDIDO DE INFORMAÇÃO - TAG 336498 (REV01) 24.08.21 (1).pdf
103K